MIRIAN GOLDENBERG

MULHERES & MILITANTES

Mulheres & Militantes é fruto de uma linha de reflexão que venho desenvolvendo desde 1988, quando iniciei meus estudos sobre a construção social da identidade feminina no Brasil. A idéia é acompanhar as transformações ocorridas no campo político brasileiro, nos partidos de esquerda e sindicatos, a partir das trajetórias de algumas mulheres. Ao discutir a participação das mulheres militantes em partidos e organizações sindicais, comparo dois momentos distintos da história brasileira (o pré e o pós-64). A construção das trajetórias das militantes foi realizada através de longas entrevistas, da análise de biografias e autobiografias publicadas, e de artigos e entrevistas encontrados em jornais e revistas. A análise deste material permite uma discussão sobre os papéis femininos no interior dos partidos e organizações de esquerda no Brasil, sobre o que mudou depois das lutas do "novo feminismo" e sobre a construção social da identidade de gênero em nossa sociedade.

Nesse artigo quero refletir sobre como a discriminação que as mulheres sofrem, de uma forma mais ampla, reflete-se no interior de sindicatos, partidos e organizações de esquerda no Brasil. Verificar se ocorre (ou não) uma mera reprodução da divisão sexual do trabalho, cabendo às mulheres militantes tarefas e atividades consideradas, pela sociedade, especificamente femininas. Pretendo compreender como se dá a inserção das militantes em um campo essencialmente masculino e que posições elas ocupam no interior deste campo. Entender também qual o tipo de capital necessário para o ingresso de mulheres neste campo e para as diferentes tarefas que lhes são designadas. Assim, quero discutir, através de diferentes trajetórias, as características destas militantes. Ou seja: qualquer mulher pode ser uma militante política de esquerda? Existem condições (familiares, afetivas, econômicas, culturais, psicológicas etc.) que facilitam (ou dificultam) essa militância?

As militantes

Muito já se falou, e se escreveu, sobre o fato da História ser feita pelos homens e para os homens. Estudiosos têm se debruçado, principalmente nas duas últimas décadas, na história **invisível** que foi escrita por mulheres. Esse empenho, que pode ser percebido como um dos mais importantes desdobramentos do movimento feminista, tem produzido efeitos bastante significativos em nosso país. Sem ainda poder contar com uma bibliografia extensa sobre a participação das mulheres na vida política do Brasil, tem-se a satisfação de encontrar algumas poucas obras valiosas, que demonstram que a mulher esteve (e está!) fortemente presente na vida dos partidos e organizações políticas brasileiras.

Como este estudo não tem como objetivo fazer um levantamento completo de todas as mulheres que atuaram politicamente no Brasil, trabalhei com algumas trajetórias que parecem ser paradigmáticas para se pensar como se deu a atuação feminina no interior de um mundo representado socialmente como exclusivamente (ou predominantemente) masculino. Este estudo de trajetórias tem como referência as obras de Georges Duby[1] e Norbert Elias[2] que, ao estudarem como determinados indivíduos se transformaram em "heróis" ou "gênios", fornecem elementos para pensar como determinadas mulheres se tornaram figuras emblemáticas da vida política no Brasil. Cabe ressaltar a importância da obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu em minhas reflexões. Sua definição de trajetória como um dos caminhos possíveis (entre tantos outros também possíveis) dentro de um campo determinado, obriga a pensar as militantes políticas em contraste com os demais caminhos abertos para as mulheres de sua geração.

Acredito que é preciso explicitar a escolha das mulheres que são objeto de reflexão neste estudo. Uma das trajetórias que analiso é a de Olga Benario (1908-1942), mulher que aparece como paradigma da militante política de esquerda. Através da análise das duas biografias existentes, uma de autoria de Fernando Morais[3] e outra de Ruth Werner[4], é possível identificar os elementos considerados imprescindíveis para uma mulher ser considerada uma boa militante comunista: coragem, sacrifício, dedicação e abnegação. É preciso destacar que a história de Olga se tornou mais amplamente conhecida a partir da publicação do livro de Fernando Morais. O autor é, então, um importante elemento na construção e fortalecimento do mito de Olga. Mas a história da judia-comunista, primeira companheira de Luiz Carlos Prestes, sua prisão, o nascimento de sua filha Anita Leocádia na prisão e seu

[1] DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o Melhor Cavaleiro do Mundo*. R.J.: Graal, 1987.

[2] ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. R.J.: Zahar, 1994.

[3] MORAIS, Fernando. *Olga*. S.P.: Alfa-Omega, 1985.

[4] WERNER, Ruth. *Olga Benário: a história de uma mulher corajosa*. S.P.: Alfa-Ômega, 1990.

assassinato pelo regime nazista, já era bastante conhecida, especialmente no círculo dos militantes comunistas de sua geração.

Outra militante que é analisada, através de sua autobiografia, é Maria Prestes (1932)[5], durante mais de 40 anos companheira de Luiz Carlos Prestes, mãe de nove filhos. O fato de Maria ter sido a segunda companheira de Luiz Carlos Prestes não é a questão central, apesar de importante. Procurei mostrar como se constrói a identidade de Maria como militante comunista, em contraste com as mulheres que não são militantes. Também como se constrói esta identidade em contraste com a identidade de Olga, presença marcante no livro de Maria. E, por fim, como se constrói a identidade de Maria como companheira do mais importante e perseguido líder comunista do país. Estas diferentes identidades em jogo ajudam a entender a construção da identidade de uma militante comunista, cujo capital cultural, econômico e político é bastante distinto do de Olga e de outros militantes de seu tempo.

[5] PRESTES, Maria. *Meu Companheiro:* 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes. R.J.: Rocco, 1993.

Clara Charf (1925) e Maria Augusta Capistrano (1918) deram depoimentos fundamentais sobre a militância feminina desde a década de 40 até os dias de hoje. Viúvas de dois importantes líderes políticos do país, relatam os papéis desempenhados não só por elas mas por outras mulheres que integraram o Partido Comunista Brasileiro, as dificuldades e as discriminações sofridas, assim como os avanços nas posições ocupadas. Clara, que começou a militar no fim da Segunda Guerra Mundial no Partido Comunista Brasileiro, foi companheira durante 20 anos de Carlos Marighela (1911-1969), assassinado pelas forças repressivas durante o regime militar. Clara iniciou sua militância partidária aos 20 anos e é, até hoje, uma militante "24 horas por dia" do Partido dos Trabalhadores. Maria Augusta Capistrano, viúva de David Capistrano, assassinado pela ditadura, foi uma ativa militante do Partido Comunista Brasileiro desde 1945.

Eneida (1904-1971) é um caso exemplar de mulher que entra com autonomia no campo político. Sem ser "companheira de" ou "filha de", é uma militante comunista que consegue destaque por ser uma jornalista corajosa e independente. Também Iara Iavelberg (1944-1971)[6], companheira durante dois anos de Carlos Lamarca (1937-1971), é um caso exemplar. Iara, estudante de Psicologia do Mackenzie (São Paulo), ingressou em 1965 na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP). Três anos depois, tornou-se militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Percorrendo sua trajetória, encontra-se um tipo de militância bastante diferente das de mulheres do Partido

[6] PATARRA, Judith Lieblich. *Iara*. R.J.: Rosa dos Tempos, 1992.

Comunista Brasileiro. Iara iniciou sua militância no movimento estudantil e foi alvo de uma série de acusações de desvio, tanto no que diz respeito a seu comportamento sexual, quanto com relação a sua forma de vestir e agir. Considerada extremamente "feminina", "extravagante" e "vaidosa", Iara subverteu as regras internas das organizações a que pertenceu que exigiam o despojamento material e um comportamento feminino discreto.

Por fim, Iná Meireles, que é uma militante "24 horas por dia", como se define, desde os 16 anos. Apesar de formada em Medicina e ter dois filhos, Iná diz que a militância política é o que existe de mais importante em sua vida. Sua trajetória é paradigmática para se pensar as transformações da militância feminina nos últimos 30 anos. Iná, de 48 anos, é a primeira mulher presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Rio de Janeiro, uma das raras mulheres brasileiras a chegar à presidência de uma organização sindical de tal porte. Iná começou a militar, ainda como secundarista, no Partido Comunista, participou de um grupo guerrilheiro (MR8)[7], foi presa durante um ano e cinco meses, torturada, participou de outra organização clandestina (MEP)[8] e do Partido dos Trabalhadores desde a sua criação. Foi a primeira presidente do diretório do PT de Niterói.

É a partir deste conjunto de material sobre militantes que analiso a participação feminina na vida política brasileira. Meu objetivo foi tentar apreender um pouco de suas histórias, refletir sobre algumas questões que ajudem a compreender não apenas suas vidas mas os papéis e as representações sociais sobre a mulher no mundo público/político brasileiro, no "mundo dos homens".

[7] Movimento Revolucionário 8 de Outubro (lembrando a morte de Che Guevara ocorrida em 8 de outubro de 1967).

[8] Movimento de Emancipação do Proletariado.

Mulheres invisíveis

Utilizo a idéia de **invisibilidade** com o pressuposto de que as mulheres ocuparam uma posição percebida como secundária ou inferior no interior das organizações, sendo "escondidas" com o rótulo de "mulher de", "companheira de" ou "filha de". Com isto, quero enfatizar que foram seus maridos, companheiros ou pais que ocuparam posições dominantes no interior destes organismos, sendo considerados "importantes", "famosos", "figuras históricas", "lideranças políticas". A história da esquerda brasileira foi, e é até hoje, escrita em torno das trajetórias destes "grandes homens". As mulheres aparecem como meras coadjuvantes. Aos homens cabem as decisões políticas (o mundo das idéias) e as ações práticas (o mundo público). Às mulheres, o suporte familiar e caseiro (o mundo doméstico) para que estes homens possam continuar realizando suas

"nobres" atividades políticas. Essa representação sobre o papel secundário (ou de apoio) das mulheres fica evidente no discurso destas militantes sobre suas funções no interior das organizações.

Acredito, e essa hipótese foi confirmada na análise das trajetórias da maioria das "antigas" militantes, que é através de uma figura masculina - seja do pai, do irmão, do marido ou companheiro - que se dá o ingresso feminino nos partidos e organizações de esquerda no Brasil. Considero que esta relação: **militância masculina *versus* ingresso feminino** é fundamental para se compreender a posição ocupada pelas mulheres no interior destas organizações.

A socióloga e feminista Moema Toscano, uma das fundadoras do Centro da Mulher Brasileira, afirma que as militantes mais antigas tinham a sua participação política vinculada à de seu marido, pai ou irmão. Lembra apenas de Eneida como uma militante mais autônoma. "As outras não tinham peso nenhum, eram apenas 'a mulher de fulano', 'a filha de sicrano', 'a irmã de outro fulano'... era muito por via familiar que se dava essa atuação."

Entendendo, como Pierre Bourdieu, o campo político como um espaço de luta, em que diferentes atores, com diferentes capitais, disputam as posições em jogo, analisei as posições ocupadas pelas militantes estudadas, de acordo com os diferentes capitais com que cada uma ingressou no Partido Comunista Brasileiro e em outras organizações.

Uma das questões sobre a militância política feminina que mais surge para o pesquisador do tema é: Por que estas mulheres ingressaram em um mundo tipicamente masculino?

Algumas indicações sobre esta questão surgem no material analisado. A mais freqüente é: são mulheres que, com raríssimas exceções, foram introduzidas neste mundo por um homem importante em suas vidas (pai, companheiro, marido, irmão etc.). É necessário fazer um corte geracional para contextualizar melhor esta afirmação. Estou trabalhando, principalmente, com mulheres que nasceram antes da década de 40. Geração em que predominavam as representações da mulher como, essencialmente, filha e esposa-mãe. As representações sociais da mulher como profissional, com direitos iguais aos dos homens, surgem décadas depois no Brasil. Se o acesso ao mundo masculino só é possível através da "aceitação" de um homem, cabe perguntar: quais os papéis que as mulheres efetivamente desempenharam neste mundo e qual o interesse masculino neste desempenho? Fica evidente, no material analisado, que as funções femininas ficavam

restritas a atividades consideradas menores, quase uma extensão das atividades domésticas no interior do partido. As militantes deixavam de ser as esposas-mães tradicionais para cumprirem, dentro do partido, as funções domésticas (limpeza, cozinha, proteção, secretaria etc.). Eram necessárias como "esposas" de homens perseguidos politicamente para que eles aparecessem para a sociedade mais ampla como indivíduos comuns com suas famílias. Tanto no caso de Olga quanto no de Maria suas atividades partidárias, em determinado momento, limitavam-se a dar proteção a Luiz Carlos Prestes, fingindo serem as esposas do "capitão" mais perseguido do país.

Acredito que há uma relação mais igualitária entre homens e mulheres no interior do partido quando a mulher, ao ingressar na organização, já possui um capital político acumulado. Este é o caso de Olga que, quando chegou ao Brasil, já trazia um histórico considerável de militância na Alemanha e em Moscou. Olga não foi apenas a companheira de Prestes, como fica claro nas duas biografias. Sua competência política foi reconhecida pelo partido que lhe destinou tarefas mais "nobres" do que as destinadas às demais mulheres. Esta diferença de capital explica o fato de Olga ser ouvida em importantes decisões políticas do partido enquanto Maria se restringiu, durante muitos anos, a cuidar dos filhos e da limpeza dos "aparelhos" em que morou com Luiz Carlos Prestes.

O capital cultural, político e social parece ser determinante no tipo de atividades desempenhadas pelas mulheres militantes, assim como em suas reflexões e críticas a respeito do "machismo" existente. Ser mulher é um empecilho para se alcançar posições valorizadas nestes organismos. Uma mulher com baixo capital político e cultural terá uma posição ainda menos valorizada, podendo suas funções serem equivalentes às de uma empregada doméstica, como bem mostra Maria Prestes em sua autobiografia. A divisão de trabalho entre os sexos deixa para o homem a política, o trabalho fora de casa, o mundo público, e para a mulher o interior da casa, o trabalho invisível, desvalorizado.

Essa discriminação algumas vezes é bastante sutil. Mesmo quando a mulher assume tarefas "masculinas" ela se percebe em uma posição inferior, como no caso de Iná que trabalhou para que seu primeiro marido (e companheiro) pudesse estudar e que teve que comprar sua arma sem a autorização da organização, porque as armas eram apenas para os homens.

As representações existentes sobre o **bom militante** estão associadas a um tipo de militância masculina: o domínio do discurso em grandes assembléias, a

fala dura, impessoal, métodos de disputa extremamente agressivos, a distância das questões da vida familiar e doméstica.

"Tem um problema que eu acho inerente à mulher, a mim como mulher, que é uma falta de gosto pela competição absurda que existe. Eu até me acho uma pessoa competitiva. Mas esse meio é muito competitivo. Às vezes me dá preguiça, me enche o saco. Acho que não me imponho o suficiente e, em parte, porque sou mulher, porque talvez se fosse homem não precisasse. É muito trabalhoso. A gente, como mulher, tem que estar o tempo todo correndo atrás. Para eu ser uma boa presidente da CUT não basta eu ser como um homem. Eu tenho que ser muito melhor que um homem. É muito mais fácil para o homem ocupar os postos porque ele não é responsável por um monte de coisas, a sociedade lhe dá mais segurança, porque eles se sentem como peixe na água. Eu não, para mim a água sempre é uma coisa meio estranha, eu custo a ser peixe na água, por mais que eu tenha esses anos todos de militância, nunca é aquele ambiente tranqüilo." (Iná)

Interessante como as militantes ressaltam a questão da (in)visibilidade feminina. Ao falar de um campo essencialmente masculino, moldado de forma a satisfazer as necessidades dos homens, a mulher acaba não conseguindo seguir as regras do jogo, aceitando posições secundárias e rejeitando cargos de direção. Apontam, também, a dificuldade feminina para colocar publicamente suas idéias, uma certa timidez ou insegurança que contribui para que a mulher permaneça calada nas reuniões. "É um certo complexo de inferioridade que a mulher adquiriu, de se achar inferior, sendo que muitas vezes ela tem muito mais capacidade do que o homem que está na direção." (Clara)

Clara Charf e Iná Meireles apontam as condições desfavoráveis para a militância da mulher, já que os dirigentes não levam em consideração o cotidiano feminino, bastante distinto do masculino, o que se reflete na ausência de creches em eventos políticos e sindicais, em horários de atividades não compatíveis com as exigências das atividades profissionais e domésticas de exclusiva responsabilidade da mulher. As militantes, também, afirmam que muitas mulheres que têm capacidade política se recusam a ocupar cargos de direção em função de dificuldades concretas para conciliar a militância com o cuidado com a casa e filhos, grande limitação da militância feminina, até hoje.

"Avançou muito nos últimos 50 anos, mas o mundo da política ainda é muito masculino. Tudo continua organizado de uma maneira que se pressupõe que a mulher está sempre disponível para a casa e para

os filhos, enquanto o homem pode ter reuniões de noite e fins-de-semana, pode viajar, participar de congressos três dias seguidos. Aumentou o número de mulheres que militam mas a visibilidade e o papel decisório que a mulher tem na política ainda é pequeno. Agora, quando a mulher está na direção ela tem que se dar muito mais do que um homem. Ela tem que provar que sempre é melhor, mais do que o homem. Ninguém cobra tanto do homem como cobra da mulher." (Clara)

Como as mulheres militantes em um partido que pregava a igualdade e a justiça social, aceitaram posições subalternas no interior dos partidos? A explicação dada por Clara e Maria Augusta é o machismo que reinava na sociedade brasileira no período, a falta de autocrítica dos companheiros e a própria autodesvalorização feminina. As militantes **naturalizam** que as tarefas menores são obrigações das mulheres. É uma questão de natureza feminina ser mais preocupada com as tarefas práticas e o cuidado com a casa e as crianças. A mulher é o amparo necessário, o respaldo doméstico, para que o homem fique livre das preocupações cotidianas para resolver os grandes problemas do país. À mulher caberiam os problemas concretos, da sobrevivência física. Ao homem, o mundo das idéias e dos ideais. À mulher, o cuidado com o presente. Ao homem, a luta por um futuro comunista.

Clara Charf, ao responder se existia dentro do partido uma tradição de machismo, diz:

"Claro, sempre existiu. Tanto no comportamento político como no tratamento familiar, isso era mais ou menos comum. Sempre existiram muitas companheiras, e pelas quais eu tenho muito respeito, que só davam cobertura para o marido. Eram uma espécie de protetoras do aparelho, é verdade, mas era o máximo, e graças a elas muitos companheiros se salvaram".

A desigualdade entre homens e mulheres no interior do partido não era percebida como um problema visto que, ao lutar por uma sociedade futura mais justa, todos sairiam ganhando. A luta comunista justificava toda e qualquer desigualdade entre os gêneros. As reivindicações mais especificamente femininas eram vistas como pequeno-burguesas, acusação freqüentemente acionada contra as mulheres que buscavam um espaço maior dentro do partido.

"Novas" e "antigas": sempre militantes

Analisando as trajetórias de militantes nascidas no início deste século até a década de 40, percorri vidas que não experienciaram as conquistas das mulheres após os anos 60 e 70. Foram militantes que atuaram

politicamente antes e depois do golpe militar de 1964, tendo sofrido diretamente as conseqüências do regime ditatorial que se estabeleceu no país, com o assassinato de seus companheiros, a clandestinidade e a própria morte. Estudei uma geração de militantes que viveu a dor da perseguição e do banimento político, além da frustração pela derrota de um projeto de enorme investimento, que envolvia sua vida como um todo. Mulheres que tiveram que se distanciar da família e dos amigos, que não puderam ter filhos ou os tiveram em situações de terríveis dificuldades, que tiveram suas casas vigiadas, invadidas, destruídas. Mulheres que viveram prisões, torturas ou foram assassinadas (como Olga Benario e Iara Iavelberg). Em seus depoimentos nota-se que muitas feridas ainda não foram cicatrizadas e o medo de falar sobre suas vidas ainda estava presente. A vivência política foi algo que dominou (e algumas vezes anulou) outros domínios da vida destas mulheres.

É interessante comparar a trajetória política destas mulheres e de "novas" militantes, como Iná Meireles, que participam atualmente dos sindicatos e partidos políticos brasileiros, verificando as mudanças e possíveis continuidades entre os papéis femininos desempenhados nas décadas passadas e hoje.

Quando classifico as mulheres militantes em novas e antigas não estou preocupada com a sua faixa etária ou com algum juízo de valor a respeito de suas militâncias. Esta classificação está relacionada à discussão sobre papéis **tradicionais** e **modernos** no interior da vida política.

Lembrando a oposição holismo *versus* individualismo, o que aqui interessa é se a mulher militante realiza seus desejos e aspirações, ou se ela os rejeita em função de uma luta maior de transformação social. A invisibilidade ou o anonimato das antigas militantes pode ser melhor compreendido a partir desta oposição, já que elas parecem anular seus desejos e aspirações (como ter filhos, casa e família) em função da militância. Já as novas militantes, além da luta pela transformação da sociedade, também se preocupam com questões individuais ou especificamente femininas, antes consideradas pequeno-burguesas. As antigas militantes, como Clara, parecem renunciar a seus desejos individuais em função do todo, o partido, enquanto as novas, como Iná, continuam existindo como indivíduos mesmo pertencendo a um todo (a organização sindical ou partido)[9].

O que está em jogo, na verdade, são dois modelos diferentes de "ser mulher militante": um que exige da mulher a negação de sua individualidade (e sexualidade), em função de um todo (o partido), próximo do papel tradicional feminino em que a mulher era consi-

[9] Para uma discussão fundamental sobre a configuração de valores do individualismo moderno, em que as lutas feministas surgem como um de seus desdobramentos, ver FRANCHETTO, Bruna e outras. Antropologia e Feminismo em *Perspectivas Antropológicas da Mulher (1)*. R.J.: Zahar, 1981.

derada hierarquicamente inferior ao marido no interior da família, e outro, que pode ser pensado como mais próximo do difundido pelo movimento feminista e pela psicanálise, em que se busca a igualdade entre homens e mulheres, defendendo-se o controle feminino sobre a sua própria vida e sexualidade. Estes dois modelos, que estão em disputa na sociedade brasileira, particularmente após a década de 60, contaminam os papéis, os valores e as visões de mundo das mulheres militantes.

Acredito que os papéis femininos mudaram, não apenas porque a sociedade se democratizou e a vida política adquiriu outros contornos, mas porque, de forma mais ampla, a mulher brasileira alcançou uma série de conquistas no mundo público e privado. A mulher tradicional, que aceita ficar calada e obedecer a seu pai ou marido, continua existindo mas sabe que existem mulheres autônomas, que exigem respeito e igualdade na família, no trabalho e nas organizações políticas e sindicais. A própria massificação desta discussão nos meios de comunicação (particularmente no rádio e na televisão) provocou uma mudança de postura feminina e, conseqüentemente, masculina. Esta questão remete à discussão sobre o "campo de possibilidades"[10] das novas e antigas militantes. Quais os caminhos e as escolhas possíveis para as mulheres destas duas gerações? A postura masculina mudou com relação à militância feminina? Ou ainda são as mulheres que cumprem as funções consideradas menores, como secretariar as reuniões e servir o cafezinho? Como estas novas militantes compatibilizam os papéis tradicionais (de esposa-mãe) e a participação no mundo público? Este mundo é ainda um "mundo dos homens" que exige que elas se masculinizem ou se tornem assexuadas para serem aceitas?

Outra reflexão interessante diz respeito ao **não-dito**[11] por estas militantes de diferentes gerações. O que é oculto, percebido como um **estigma**[12], por estas mulheres? O que não pode ser respondido ou nem sequer perguntado às novas e antigas militantes? Neste contraste pode ser percebido como as conquistas das últimas décadas trouxeram à tona temas antes proibidos, particularmente os relacionados à vida sexual. Um exemplo: quando perguntei a Clara Charf se algum poema do livro de Carlos Marighela foi escrito para ela, ela respondeu "isso é muito pessoal", encerrando o assunto. Em vários outros momentos em que perguntei sobre a vida dela com Marighela obtive esta resposta. Clara se restringiu a falar de sua militância política. Acredito que não existe este tipo de dificuldade para as novas militantes, visto que o discurso sobre a vida particular não parece ser um problema para esta

[10] VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*. R.J.: Zahar, 1981.

[11] POLLAK, Michael. Le Temoignage in *Actes de la Recherche in Sciences Sociales* (62-63), 1986.

[12] GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. R.J.: Zahar, 1975.

geração. Enquanto Clara se restringe a falar sobre o mundo público e político, recusando-se a contar qualquer fato de sua vida pessoal, Iná fala abertamente de seus três casamentos, de seus namorados e das "acusações de desvio"[13] que sofreu em função de ter uma vida sexual mais livre do que a maior parte das mulheres de sua geração. Clara estabelece uma fronteira rígida entre o mundo privado (não-dito) e o mundo político (dito), o que não ocorre com Iná, que percorre os dois mundos sem a menor dificuldade, aparentemente. Este fato talvez possa ser explicado pela preocupação demonstrada por Clara de manter a imagem da militante séria e corajosa, que se dedica inteiramente à atividade política. Iná é militante e também mãe, que gosta de cozinhar e namorar, sem tanta preocupação com a sua imagem pública.

[13] BECKER, Howard. *Outsiders:* studies in the sociology of deviance. Nova Iorque: The Free Press, 1966.

Também acredito que existem diferenças nestas duas gerações no que se refere à valorização da militância dos companheiros ou maridos. Enquanto as antigas militantes se dedicavam a fornecer condições para que seus companheiros pudessem exercer suas atividades políticas, acredito que as novas estão mais centradas em suas próprias militâncias, na conquista de seus próprios (e valorizados) espaços profissionais e políticos. Creio que não aceitam, com tanta facilidade, o provérbio "atrás de um grande homem existe sempre uma grande mulher".

Ao comparar-se as trajetórias de Clara e Iná, percebe-se com clareza que enquanto Clara viveu e vive em função de sua relação com Carlos Marighela, que o significado de sua luta está extremamente ligado à luta de Marighela, Iná parece ser muito mais autônoma em sua militância política. O fato de seus maridos ou namorados também serem militantes é muito mais em função do meio e do seu estilo de vida do que em função dela abdicar de sua própria militância em prol da deles. Pode-se pensar que a presença masculina é muito mais marcante para as antigas militantes do que para as novas, tanto no ingresso na militância como na forma de militar. As antigas foram, durante muito tempo, o apoio necessário para o companheiro, a "fachada", enquanto as novas criaram seu próprio espaço de atuação política, nas bases ou na direção de sindicatos e partidos. A identidade de Clara é, até hoje, após mais de 50 anos de intensa militância, construída como "mulher de" ou "viúva de" Carlos Marighela, enquanto Iná não é identificada (nem se identifica) como "companheira de" nenhum homem. Há uma maior autonomia da militância de Iná e um espaço construído a partir de sua própria trajetória. Nesse sentido, ela constrói seu **nome** (prestígio ou fama) com sua própria militância.

Mulheres sem nome

Uma questão central neste estudo é a forma como as militantes fazem um nome dentro do campo político brasileiro, entendendo que este nome é um capital simbólico que elas obtêm ao serem conhecidas e reconhecidas dentro e fora dos partidos e sindicatos a que pertencem. É importante destacar esta questão tendo em vista que muitas antigas militantes construíram seus nomes através do capital político adquirido por seus companheiros.

O caso de Maria Prestes é interessante de ser analisado pois ela, filha de um militante comunista, ingressou muito precocemente na política. Ela conta em seu livro que Maria Ribeiro é seu verdadeiro nome, mas que os jornalistas e policiais só a chamavam de Maria Prestes, mesmo nome que Olga criou para si, depois de sua prisão em 1936. Maria conta que, em função do pai ser um militante comunista, viveu uma vida de mudanças e perseguições. Aos dez anos perguntou para o pai: "Afinal, qual é o meu nome verdadeiro? Miriam, Alzira ou Eunice?". E o pai respondeu: "São todos esses nomes, depende do lugar onde você estiver morando".

Outro depoimento interessante é o de Maricota da Silva, pseudônimo utilizado por uma exilada no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*[14]. Maricota coloca em questão a sua própria identidade. O exílio, a separação de familiares e amigos, a carreira profissional abandonada... todo um destino traçado em função de ser a mulher de um militante de esquerda. Demonstra também a dificuldade de alguém que cresceu com a idéia de que a mulher para ter valor social deve ter um homem ao seu lado. Maricota da Silva é uma mulher anônima, sem passaporte e sem identidade. É a "mulher do marido", a **sombra** de um homem de esquerda. Ao contar sua história, Maricota conta a história de muitas mulheres militantes de esquerda que viveram a mesma experiência de anonimato. O que Maricota tenta demonstrar é que a mulher de um militante jamais poderá ser uma mulher "comum".

"Quando eu peço a você que não ponha o meu nome não é só por não querer mais confusão nenhuma (...) mas é porque eu não tenho mais um nome, tenho que refazer um nome, mesmo que seja ligado ao meu marido; mas que eu volte a existir(...). Eu não existo. A família do meu marido só vê em mim a pessoa que tem a honra e glória de ser casada com ele e de acompanhá-lo. A maior parte das pessoas que conheço também pensa assim. Pra minha família eu não existo porque acompanhei o marido (...). Em suma... socialmente, quem sou eu?...".

[14] COSTA, Albertina de Oliveira e outras. *Memórias das Mulheres do Exílio*. R.J.: Paz e Terra, 1980.

Violência & militância feminina

Falar de mulheres militantes implica falar de mulheres exiladas, perseguidas, presas, torturadas, assassinadas. Mulheres que tiveram suas vidas profundamente afetadas por acompanharem seus companheiros, maridos, filhos e pais. Mulheres que abandonaram os estudos ou perderam seus trabalhos, que se afastaram de seus amigos e de suas famílias. Mulheres que não puderam ter filhos ou os tiveram na clandestinidade, na mais absoluta precariedade e solidão. Mulheres que foram obrigadas a se separar de seus filhos. Mulheres que tiveram suas casas invadidas, revistadas, destruídas. Mulheres que tiveram seus companheiros assassinados, torturados, desaparecidos. Mulheres que assistiram seus filhos e filhas serem estuprados, torturados com choques elétricos, queimados com cigarros, pendurados no pau-de-arara. Mulheres que, na maioria dos casos, integraram-se na política em função de suas relações afetivas. Mulheres que teimaram em lutar pela liberdade em tempos de ditadura militar. Militantes em um mundo quase que exclusivamente masculino, estas mulheres enfrentaram todos os tipos de discriminações e violências, dentro e fora de seus partidos e organizações.

Não posso deixar de falar das violências físicas e sexuais que estas mulheres sofreram dos órgãos de repressão. Depoimentos de militantes, como os de Iná Meireles que foi torturada nua e ameaçada de estupro, mostram a crueldade dos torturadores.

Ao analisar a tortura praticada contra as militantes, Ana Maria Colling se preocupa em compreender uma das técnicas mais utilizadas pela repressão: a nudez e a vendagem dos olhos. A autora mostra que a nudez para a mulher é uma questão muito séria, enquanto que para os homens torturados ela nem é citada. A mulher se sente desestruturada, desprotegida, tentando se cobrir sem conseguir, enquanto o homem, que é criado culturalmente para não ter vergonha do seu corpo, não se preocupa em se cobrir.

"Docilizar o corpo da mulher para sujeitá-lo, fragilizá-lo, para que ela entendesse sua posição de inferioridade absoluta ao poder instituído, são os objetivos fundamentais da tortura. Era preciso que se entendesse que a militante política era uma mulher desviante, porque poder e política rimam com masculinidade, com virilidade, e não com feminilidade. O homem cometia um pecado ao se insurgir contra o regime militar, mas a mulher cometia dois: o de lutar juntamente com os homens e o de ousar sair do espaço privado, a ela destinado historicamente, adentrando no espaço público, político e masculino" [15].

[15] COLLING, Ana Maria. *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*. R.J.: Rosa dos Tempos, 1997, p. 80.

Elizabeth Ferreira, como Ana Maria Colling, concluiu que o fato de ser mulher acirrava nos torturadores uma raiva maior, porque as militantes estavam desempenhando um papel duplamente transgressor: como agentes políticos insurgindo-se contra o regime militar e rompendo o padrão de gênero vigente, da mulher como esposa-mãe. As torturadas descrevem a reação de asco que despertavam em seus torturadores e as acusações de desvio a que eram submetidas durante os interrogatórios. "Não eram xingadas somente por serem 'terroristas'; eram duplamente desclassificadas por serem 'terroristas' e mulheres - infame combinação para os agentes da repressão" [16].

O livro *Brasil: Nunca Mais*[17] está repleto de denúncias sobre violências e torturas contra mulheres. Os depoimentos mostram que "por serem do sexo masculino, os torturadores fizeram da sexualidade feminina objeto especial de suas taras". Choques elétricos, agressões físicas, estupros, fizeram parte da vivência das militantes que foram presas.

Muitas mulheres abortaram em conseqüência das torturas sofridas. Outras assistiram seus filhos e companheiros serem torturados barbaramente. Como escrever sobre militância feminina sem denunciar os estupros, torturas e assassinatos que estas mulheres sofreram? Enquanto estas monstruosidades permanecerem impunes, torna-se difícil falar de um outro tipo de violência mais sutil, mais difusa, mais oculta, que fez parte do cotidiano das mulheres militantes: humilhações, desprezos, insultos, xingamentos e abusos. Violência esta que foi muitas vezes naturalizada não apenas pelos que a praticaram mas também pelas mulheres que a sofreram.

[16] FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, Militância e Memória*. R.J.: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 155.

[17] *Brasil:* nunca mais. R.J.: Vozes, 1985.

Algumas considerações finais

Ao longo de dois anos de pesquisa, analisando a militância feminina, algumas reflexões foram amadurecendo. Muitas questões foram colocadas e algumas começam a ser respondidas. Uma das descobertas iniciais é a respeito da construção da identidade dessas mulheres. Acreditando que a identidade é construída de "forma contrastiva"[18], isto é, que a identidade surge no jogo entre as semelhanças e diferenças entre as mulheres militantes e as mulheres "comuns", de um lado, e entre as mulheres militantes e os homens militantes, percebe-se que esse jogo é bastante complexo. Ao serem comparadas com seus companheiros ou pais, essas mulheres tornam-se invisíveis, ocupando posições secundárias no interior do partido ou organização e realizando tarefas consideradas menores. Comparadas com as mulheres "comuns", as militantes são percebidas

[18] OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. S.P.: Pioneira, 1976.

como mais corajosas, com enorme capacidade de renúncia e sacrifício.

Apesar de declararem que muitas vezes ocuparam ou desempenharam funções secundárias nos partidos ou organizações em que militaram, Clara e Iná reconhecem que suas tarefas eram imprescindíveis para uma luta maior, de transformação da sociedade. Se, de um lado, reconhecem que suas vidas foram melhores do que as das mulheres tradicionais, que cumpriram o papel esperado de esposa-mãe, de outro, ressentem-se de terem tido que renunciar a alguns desejos, como o de ter filhos (no caso de Clara) ou de ter uma vida mais calma (no de Iná). Sentem-se mulheres mais plenas, por lutarem "24 horas por dia" por um mundo melhor. Acham que cresceram por serem mulheres ativas, comprometidas com um ideal que as obriga a falar em público (apesar da timidez), lutar por igualdade com os homens, construir uma sociedade sem discriminações. São mulheres que tentaram não negar sua feminilidade, mesmo em um mundo de homens em que tinham que pegar em armas e desafiar generais.

"No fundo, no fundo, eu acho que a minha vida é melhor do que a da mulher que não é militante. Não penso no que perdi como militante. Até perdi: desde tempo na prisão até possibilidade de ganhar mais dinheiro, sei lá. Mas eu acho que dificilmente eu seria o que sou se não fosse militante. Eu acho que ganhei com isso. Eu tenho aprendido, vivido tanta coisa, conhecido tanta gente, construído tantas coisas. Quando comecei a ter cargos de direção com projeção social mais ampla comecei a entender como os homens têm, de fato, acesso a coisas que as mulheres não têm." (Iná)

Pode-se pensar também que hoje é possível uma militante transitar, com facilidade, pelo mundo público e pelo mundo privado porque os caminhos estão mais abertos, enquanto, no passado, a rigidez era necessária para se ocupar um espaço masculino e proibido às mulheres. As mulheres deveriam se entregar totalmente à militância, anulando muitas dimensões de suas vidas para provarem que eram tão capazes quanto os homens, enquanto hoje é possível ser militante sem deixar de ser mulher, mãe, profissional. Clara é uma militante "24 horas por dia", que não se profissionalizou, não teve filhos, não teve outros companheiros além de Marighela. Iná é médica, mãe de dois filhos, com vários namorados e maridos e, também, militante "24 horas por dia". A sociedade mudou, a posição da mulher na sociedade mudou e a militante também mudou, possuindo uma identidade mais flexível e plural[19].

Anônimas, silenciosas, invisíveis... essas são as mulheres militantes que tentam recuperar o seu nome e

[19] VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e Plurais:* identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. R.J.: Rocco, 1994. A autora discute a identidade feminina, em circunstâncias pós-modernas, atribuindo-lhe maior flexibilidade e pluralidade.

a própria identidade contando a sua versão da história. Elas não são apenas mulheres: são mulheres e militantes. Separadas dos companheiros, dos filhos, da família, vivendo uma vida clandestina, sofrendo violências físicas e psicológicas, essas mulheres adquiriram visibilidade nas últimas décadas. Suas histórias começam a ser contadas e a importância de suas presenças na luta política brasileira está sendo cada vez mais reconhecida, através da realização de pesquisas, documentários e filmes e publicação de biografias.